



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



A percepção ambiental e a mudança de paradigma do consumo para o alcance da cidade sustentável

Environmental perception and paradigm shift of consumption for sustainable cities

RENATA RAISSA GURIAN LENÇO

IESCAMP - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E ENSINO DE CAMPINAS

Nota de esclarecimento:

Comunicamos que devido à pandemia do Coronavírus (COVID 19), o VIII SINGEP e a 8ª Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge) foram realizados de forma remota, nos dias **01, 02 e 03 de outubro de 2020**.



VIII SINGEP

Simposio Internacional de Gestao de Projetos, Inovacao e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



A percepção ambiental e a mudança de paradigma do consumo para o alcance da cidade sustentável

Objetivo do estudo

O objetivo deste artigo consiste em relacionar as seguintes temáticas: cidades sustentáveis, percepção ambiental e consumo sustentável, que estão intimamente ligados e dependentes um dos outros como num ciclo.

Relevância/originalidade

É relevante uma vez que buscou evidenciar que as pessoas devem agir como cidadãs, percebendo o ambiente que vivem e refletindo sobre seu papel na cadeia de consumo para que a sociedade consiga ter uma cidade sustentável em todos os termos.

Metodologia/abordagem

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica.

Principais resultados

Que destacou que um dos grandes e principais fatores para atingimento da cidade sustentável é a mudança nos comportamentos de consumo. E essa mudança só ocorrerá com a percepção das pessoas que o consumo desenfreado e predatório é extremamente ruim para a sociedade, tanto no viés social como no ambiental.

Contribuições teóricas/metodológicas

E essa mudança só ocorrerá com a percepção das pessoas que o consumo desenfreado e predatório é extremamente ruim para a sociedade, tanto no viés social como no ambiental.

Contribuições sociais/para a gestão

O planejamento urbano e organização das cidade, com políticas públicas eficientes, que garanta educação e gere empregos, é fundamental para o sucesso dessa empreitada.

Palavras-chave: Percepção, Consumo, Cidade, Sustentabilidade



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



Environmental perception and paradigm shift of consumption for sustainable cities

Study purpose

The objective of this paper is to relate the following themes: sustainable cities, environmental perception and sustainable consumption, which are closely linked and dependent on each other as in a cycle.

Relevance / originality

It is relevant since it sought to show that people must act as citizens, realizing the environment they live in and reflecting on their role in the consumption chain so that society can have a sustainable city in all terms.

Methodology / approach

This is a bibliographic search.

Main results

Which highlighted that one of the major and main factors for reaching the sustainable city is the change in consumption behaviors.

Theoretical / methodological contributions

And this change will only occur with the perception of people that rampant and predatory consumption is extremely bad for society, both in social and environmental terms.

Social / management contributions

Urban planning and organization of cities, with efficient public policies, which guarantee education and generate jobs, is fundamental to the success of this endeavor.

Keywords: Perception, Consumption, City, Sustainability



1 Introdução

A percepção ambiental e o modo como consumimos tudo e qualquer coisa, são temas intimamente relacionados. Atualmente, é recorrente a afirmação de que as cidades devem ser sustentáveis, e por consequência – ou pressuposto - seus habitantes.

Nesta seara, nota-se que a percepção do ambiente que vivemos é de extrema relevância. A pessoa se sentir inserida em um contexto e vivendo como parte de um processo, pode mudar sua relação de consumo na busca de qualidade de vida e de viver em uma cidade sustentável.

Entender o que se consome, qual a finalidade – se necessidade ou mero deleite é importante.

Assim, o objetivo deste artigo consiste em relacionar as seguintes temáticas: cidades sustentáveis, percepção ambiental e consumo sustentável, que estão intimamente ligados e dependentes um dos outros como num ciclo, que é o que se pretende demonstrar.

Pretende-se evidenciar que o atingimento da realização de uma cidade sustentável é possível de ser alcançado, desde que sejam alterados os paradigmas atuais de consumo.

2. Referencial Teórico

2.1. A percepção do ambiente

A percepção diz respeito ao que cada pessoa percebe de uma determinada realidade. Esse é um aspecto importantíssimo e muitas vezes menosprezado pelos gestores públicos e estudiosos.

Assim sendo, a percepção é o componente fundamental em estudos das funções sociais e abrange os ônus de vivência de cada elemento com o fenômeno abordado e só pode ser elencado em contato direto com o mesmo (Merleau-Ponty, 1990; 1999). Para Tuan (1980, p. 04), a percepção “é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital em que certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros são bloqueados”. (RODRIGUES et al., 2012)

Isso se deve ao fato de que cada pessoa tem uma determinada reação a uma ação. Portanto, cada um tem uma resposta diferente a uma situação vivenciada ou percebida, de acordo com sua visão de mundo, sua realidade, sua cultura, seu temperamento, seus conhecimentos e sua posição social.

Os estudos de Brandalise et al. (2009) enfatizam que pessoas distintas podem perceber a mesma situação de modos diferentes. A reação desses indivíduos é estabelecida a partir de sua interpretação



VIII SINGEP

Simposio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



de determinado evento. Assim, faz-se necessário entender como indivíduos reagem a questões como sensação e percepção para compreender porque assumem certos comportamentos. (ALMEIDA et al., 2017)

Não se trata de mera opinião, mas sim do que cada pessoa percebe e, conscientemente ou inconscientemente, faz com aquela informação. Ou seja, sua percepção leva a uma interpretação dos acontecimentos.

Sendo assim

Vasco e Zakrzewski (2010) afirmam que estudos focados na percepção ambiental são fundamentais para a compreensão das interações entre homem e ambiente, de suas expectativas, satisfações, anseios, julgamentos e condutas (no espaço em que está inserido). Tais estudos fornecem subsídios para a construção de estratégias que minimizem problemas socioambientais (...). (ALMEIDA et al., 2017)

Importante destacar que quando falamos em ambiente, não se trata apenas do meio ambiente físico.

Os estudos que se baseiam na percepção ambiental propõem que não só a relação entre homem e meio ambiente seja estudada, mas também que perspectivas em pesquisas científicas, sociais ou políticas sejam elucidadas através da utilização deste conceito (Pacheco e Silva, 2006), promovendo inclusive a sensibilização e compreensão do meio ambiente a partir do desenvolvimento de um sistema de percepção (Faggionato, 2009). A percepção ambiental é a precursora do sistema que estimula a conscientização do sujeito em analogia às realidades ambientais contempladas (Macedo, 2000). (RODRIGUES et al., 2012)

Assim, todas as pessoas, como sujeitos de direitos e deveres, estão inseridas na sociedade. Neste contexto, se deparam com diversos acontecimentos e deles são extraídas inúmeras informações. Dessa percepção da realidade que se dá a compreensão do meio ambiente em que vive, com a interpretação dos acontecimentos de acordo com a vivência de cada um.

2.2. O paradigma do consumo

Primeiramente, é importante iniciar este tópico observando que o consumo não é um comportamento ruim ou inadequado. O consumo é necessário para a sobrevivência. Todas as pessoas têm que consumir bens e serviços, sejam estes de primeira necessidade, ou por mero deleite (prazer ou lazer).



VIII SINGEP

Simposio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



E esse consumo por mero deleite é aquele objeto de maiores questionamentos. Até que ponto de fato o ser humano está desgastando as matrizes energéticas e os recursos naturais para consumir produtos que não precisa. Fica a reflexão.

O fato é que a economia, com destaque para as grandes empresas, possui um marketing agressivo no sentido de que cria necessidades nas pessoas muitas vezes inexistentes. Na maioria das vezes, as pessoas não sabem diferenciar o que querem do que precisam.

E essas empresas, aproveitando-se dessa falta de reflexão geral, criam inúmeras novidades em bens e serviços, pois geralmente o novo aguça a curiosidade e gera vendas, que consequentemente, geram mais lucro.

Nesse contexto, é que se tem pensando que uma mudança de paradigma, de padrões de consumo seja extremamente necessária. O meio ambiente deve ser levado em consideração nas escolhas das pessoas e as empresas devem de fato assumir a sua responsabilidade social. O nosso planeta não suporta mais esse mesmo ritmo de crescimento e degradação. A espécie humana está em perigo.

Ocorre que nesses modelos o capitalismo permaneceu presente, com a visão do ciclo produtivo onde é permitido extrair do meio ambiente – de forma indiscriminada – os insumos necessários para a produção e, após esse processo, retornar os resíduos e poluentes, acarretando poluição e esgotamento dos recursos naturais (ARAUJO; MENDONÇA, 2009). Esse modelo de acumulação de capital tem aumentado cada vez mais o desnível entre classe sociais, nas diferentes perspectivas, sejam elas de ordem econômica, social e/ou ambiental. (ARRUDA; QUELHAS, 2010)

Ademais, o consumo também indica inúmeros problemas na esfera social, estratificando a sociedade, dividindo-a em consumidores que são capazes de alcançar tudo o que precisam e desejam e outros que não tem nem mesmo o necessário para sobrevivência e dignidade. E muitas vezes, essas pessoas vão dividir um mesmo espaço dentro das cidades, podendo gerar instabilidade social.

Isso sem contar o que produz nos relacionamentos, que tendem a se tornar instáveis e descartáveis, a exemplo dos produtos.

Nesta seara, importa percebermos que a ideia de consumidor não pode estar isolada. Ela deve ser vista em conjunto com o conceito de cidadania.

Canclini (1996) traz para o debate a hipótese de que, ao selecionarmos e nos apropriarmos dos bens, seguimos uma definição do que consideramos publicamente valioso. Ele propõe uma compreensão do consumo e da cidadania de forma conjunta e inseparável, tomadas como processos culturais, encarando-os como práticas sociais que dão sentido ao pertencimento. (...) Afinal, o consumo não é mera posse individual de objetos isolados, mas apropriação coletiva – através de relações de solidariedade, distinção e hostilidade com os outros – de bens que proporcionam satisfação biológica e simbólica e que serve para receber e enviar mensagens. (PORTILHO, 2005)



Perceba que o consumo está muito além de ter, usar algo ou frequentar determinado local. Ele implica em um sentimento de pertencimento a determinado grupo e até por isso causa segregação social e muitas vezes é a causa de violência (furtos, roubos, latrocínio entre outros).

Santos (1998) ressalta que, no caso brasileiro, o crescimento baseado na racionalidade econômica manteve o modelo político e cívico subjugado ao modelo econômico. Assim, desenvolveu-se um conceito de cidadania distante da consciência de pertencimento à coletividade. Em lugar do cidadão formou-se o consumidor, que aceita ser chamado de usuário, num universo em que alguns são mais cidadãos que outros, dentro de um modelo de cidadania desigual e estratificado. (PORTILHO, 2005)

Assim, o grande desafio colocado é fazer surgir, em meio a essa sociedade socialmente segregada, as cidades sustentáveis, uma vez que a noção de cidadania ainda não está inteiramente internalizada pela maioria da população, o que de certa forma dificulta a mudança de padrões atuais de consumo, se as pessoas não entenderem nem tiverem um motivo para tanto.

2.3. As cidades sustentáveis

Atualmente, a população urbana é maior que a rural. E esse número vem crescendo vertiginosamente.

Esse crescimento sem precedentes das cidades é explicado por suas capacidades de fornecer infraestruturas adequadas e ambientes favoráveis ao desenvolvimento comercial, assim como identificado pelo SUSUKI (2010). Esses fatores, quando presentes, contribuem para uma melhor qualidade de vida (por meio de um ambiente limpo, acessível e propício à vida humana) e para a atração de capital humano. (REGO et al., 2013)

Ou seja, a cidade, em especial as metrópoles, são muito atraentes à maioria das pessoas. O conceito de cidade por si só engloba questões como densidade demográfica, profissões urbanas, economia urbana permanente - relacionando-se com o meio rural - e a existência de uma camada urbana com produção, consumo e direitos próprios (SILVA, 2010, p. 24).

No entanto, independentemente da quantidade de pessoas, há que se pensar que só pelo fato de existir, as cidades já geram diversos danos.

Sejam danos ambientais, devido às construções, gastos energéticos, gerações de resíduos, entre outros, seja socialmente, como a pobreza, fome, ineficiência de equipamentos



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



públicos, ou ainda, devido à aglomeração de pessoas tão distintas e de classes sociais diferentes vivendo tão próximas. Neste cenário, é necessário observar que

o direito à cidade não pode ser compreendido como um direito dotado de conteúdo exclusivamente técnico ou instrumental, como se supõe que sejam muitos dos direitos subjetivos do direito privado. Ele tem sempre um caráter aspiracional, porque visa à realização de valores que pertencem à esfera da moralidade ou da justiça política. Por isso, o direito à cidade é sempre, a rigor, o direito a uma cidade justa ou, como é mais comum designar, a uma cidade sustentável. (MELLO, 2017)

Deste modo, é necessário que seja pensado um novo modelo de cidade, em que sejam diminuídos seus impactos e efeitos.

O conceito de cidades sustentáveis requer a criação de uma nova lógica de funcionamento, gestão e crescimento em detrimento das que foram praticadas principalmente no século XX seguindo a ideia de “expansão com esgotamento” (LEITE, 2012).

Assim, surge um novo desafio de planejamento urbano e territorial, que

(...) pode ser definido como um processo de tomada de decisão com o objetivo de alcançar metas econômicas, sociais, culturais e ambientais, por meio do desenvolvimento de visões, estratégias e planos territoriais e da aplicação de um conjunto de princípios de políticas, ferramentas, mecanismos institucionais e participativos de procedimentos regulatórios (UN-HABITAT, 2015).

O cerne da questão não está somente na criação de novas cidades sustentáveis, mas sim na adaptação e gestão das cidades já existentes e na superação do modelo atual de consumo de recursos que é insustentável, em todos os aspectos.

Então, para que atinjamos o objetivo de vivermos em uma cidade sustentável, a própria cidade deve ser sustentável. E neste sentido,

Uma sociedade é sustentável quando se organiza e se comporta de tal forma que ela, através das gerações, consegue garantir a vida dos cidadãos e dos ecossistemas nos quais está inserida, junto com a comunidade de vida. Quanto mais uma sociedade se funda sobre recursos renováveis e recicláveis, mais sustentável se torna. Isso não significa que não possa usar de recursos não renováveis, mas, ao fazê-lo, deve praticar grande racionalidade, especialmente por amor à única Terra que temos e em solidariedade para com gerações futuras. (BOFF, 2012, p. 128)



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



Esse é o sentido de tantas pessoas estudarem essa temática na atualidade e idealizarem as cidades sustentáveis. A questão tem sido negligenciada, mas é urgente e inafastável.

3. Metodologia

A pesquisa foi baseada na revisão da literatura especializada, artigos científicos nacionais e internacionais, dissertações, teses, e documentos, utilizando as bases de dados de periódicos impressos e eletrônicos disponíveis.

Neste sentido,

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 123)

4. Conclusões/Considerações finais

O objetivo deste trabalho consistiu em relacionar as temáticas: cidades sustentáveis, percepção ambiental e consumo sustentável, demonstrando sua ligação e dependência um dos outros como num ciclo, o que acredita-se ter sido demonstrado.

Ainda que para atingimento de uma cidade sustentável sejam necessárias inúmeras políticas públicas, a percepção ambiental é fator de extrema relevância. Se cada sujeito, dentro do seu papel na sociedade não for capaz de interpretar os acontecimentos, pouca mudança será gerada.

E um dos grandes e principais fatores para atingimento da cidade sustentável é a mudança nos comportamentos de consumo. E essa mudança só ocorrerá com a percepção das pessoas que o consumo desenfreado e predatório é extremamente ruim para a sociedade, tanto no viés social como no ambiental.

Atualmente, na maioria das vezes, somente o viés econômico ao se consumir tem sido levado em consideração. Como contraponto, destaca-se o superendividamento das famílias, que têm levado muitas delas a condições de vida degradantes, o que também é decorrência de um problema social – o desemprego, o que tende a gerar grandes problemas sociais.

E essa mudança pretendida somente ocorrerá quando as pessoas tiverem o sentimento de pertencimento em relação ao local em que vivem por serem cidadãs. As pessoas devem substituir o sentimento de pertencimento pelo consumo e o empoderamento que o comprar oferece, pelo sentimento de cidadania.

Veja, não se trata aqui de instituir uma espécie de comunismo em que todos têm tudo igual, mas sim, de fazer com que as pessoas se enxerguem como cidadãs e não meramente consumidoras. E que esses cidadãos tenham a percepção de que são agentes de mudança da realidade em que vivem.



5. Referências

ALMEIDA, RICARDO; SCATENA, LÚCIA MARINA; LUZ, MÁRIO SÉRGIO DA. PERCEPÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS - DICOTOMIA E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE SUSTENTABILIDADE. **Ambient. soc.**, São Paulo , v. 20, n. 1, p. 43-64, Mar. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2017000100043&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Junho 2018.

ARRUDA, Luis; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. **Boletim Técnico do Senac**: A revista da educação profissional, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p.53-63, 2010. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/about/editorialPolicies#publicationFrequency>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

MELLO, Cláudio Ari. Elementos para uma teoria jurídica do direito à cidade. **Revista de Direito da Cidade**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.437-462, 26 abr. 2017. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/viewFile/26883/20431>>. Acesso em: 09 maio 2019.

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 3, n. 3, p. 01-12, 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Junho 2018.

REGO, Jaqueline Azevedo de Amorim et al. Cidades Sustentáveis: Lidando com a urbanização de forma ambiental, social e economicamente sustentável. **Simulação das Nações Unidas Para Secundaristas (sinus)**, Brasília, p.545-573, 2013. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/17.-PNUMA-Artigo.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

RODRIGUES, Mariana Lima et al. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saude soc.**, São Paulo , v. 21, supl. 3, p. 96-110, dez. 2012 . Disponível em



<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000700009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 jun. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Afonso. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 6ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

UN-HABITAT. **Documentos Temáticos da Habitat III**. 2015. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/8-Desenho-e-Planejamento-Urbano-e-Espacial_final.pdf>. Acesso em 15 fev. 2019.